

Tabu da democracia! Solidariedade multiétnica e luta pelo poder na Guiné-Bissau*

Jeraldino António Sambé
Universidade Federal de Rio Grande do Sul

Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

1 Introdução

Este artigo objetiva analisar como a solidariedade multiétnica é politicamente articulada na arena do poder na Guiné-Bissau, buscando compreender as dinâmicas e as tensões em volta da identidade coletiva, em um contexto em que o clientelismo e a luta pela manutenção dos recursos políticos e sua legitimação se tornam uma regra do jogo.

Além disso, a configuração histórica desse mecanismo político em uma democracia fragilizada como a bissau-guineense tem impactado a configuração democrática, criando portas para instabilidade governativa e política, alianças clientelistas, transformando as ferramentas que subsidiam toda a dinâmica política guineense desde a sua independência até os dias atuais.

No entanto, esse procedimento político tem acompanhando o país na sua dinâmica, emergindo como pilar estratégico desde as gerações mais velhas até às mais novas, realidade essa que desafia todo o processo da unidade nacional. Em vista disso, Flavien Fafali Koudawo (2001) percebe que, antes da colonização, os territórios africanos possibilitaram abrigar muitos grupos étnicos organizados sem quaisquer definições fronteiriças.

Neste sentido, Luigi Scantamburlo (2013) aponta que essas fronteiras só vieram a ser estabelecidas na Convenção rubricada entre os governos português e francês, em 1886, fazendo com que Portugal concedesse a Casamansa (Ziguinchor), situada no sul do Senegal, para a França, e este, por sua vez, cedeu-lhe a Cacine, a norte da Guiné francesa, (atualmente Guiné).

Conforme Moema Parente Augel (2007, p. 55), “a arbitrariedade de toda essa divisão territorial e o artificialismo das fronteiras impostas pelos interesses imperiais colonizadores, desbaratando famílias clânicas levantando barreiras geográficas e políticas, provocaram e continuam a provocar tensões desastrosas no continente”. Por assim dizer, o antropólogo Kabengele Munanga (2004) compreendia que o mapa geopolítico do que conhecemos como África no mundo contemporâneo se distancia daquele organizado consoante a identidade sociopolítica e cultural dos diferentes grupos

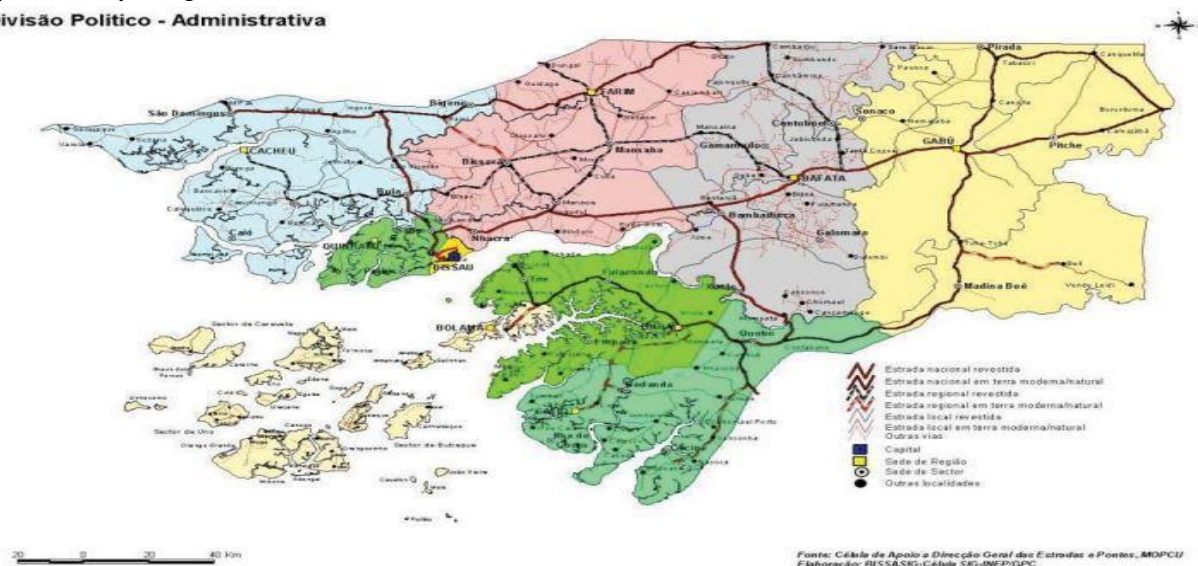
* Este artigo aqui reproduz com certa readaptação uma seção teórica da dissertação de mestrado defendida no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), junto à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

étnicos que o próprio projeto colonial manipulava a fim de tirar proveitos. Estes grupos étnicos estão concentrados em nove regiões¹, incluindo o setor autônomo de Bissau (SAB).

Conforme Domingas da Silva (2022, p. 29), nesse mesmo processo, “[...] dividiram os pequenos espaços sociais e construíram-se em várias ‘raças’, ‘tribos’ e ‘etnia’, acabando com as unidades sociais dos grupos e desarticularam suas relações, e colocaram isolados cada grupo social nos seus territórios específicos”.

Nesta perspectiva, Maria Odete da Costa Semedo (2010, p. 53), por seu lado, entende que, na Guiné-Bissau, os grupos étnicos podem ser classificados dentro desse segmento social: “[...] os balantas (30%), fulas (20%); manjacos (14%); mandingas (13%); papéis (16%); (7%), brames ou mancanhas, beafadas, bijagós, felupes, cassangas, banhuns, baiotes, sussos, saracolés, balantas-mané, futafulas, oincas, entre outros grupos étnicos”². Essas diversidades étnicas contribuíram na luta de libertação nacional.

Figura 1 - Mapa Regional da Guiné-Bissau
Divisão Politico - Administrativa



Fonte: Mané (2014)

Na opinião de Julião Soares Sousa (2008, p. 161), estes “[...] territórios não eram étnica e racialmente homogêneos, a liderança das independências e os movimentos de libertação nacionais tentaram, na medida do possível, manter o *status quo* das fronteiras coloniais”. Essa medida política e sociogeográfica também culminou na reformulação do país que conhecemos atualmente como Guiné-Bissau. Politicamente falando, a Guiné-Bissau celebrou a sua independência em 24 de setembro de 1973, depois de uma árdua luta de libertação contra o sistema colonial português.

¹ Regiões e seus devidos setores (os que são postos em itálicos): *Bafatá* (Bambadinca, Contuboeil, Galomaro, Gã-Mamudo, Xitole); *Bolama/Bijagós* (Bolama, Bubaque, Caravela, Uno); *Biombo* (Quinhamel, Prabís, Safim); *Cacheu* (Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo, São Domingos); *Gabú* (Madina do Boé, Gabú, Pirada, Picthe, Sonaco); *Oio* (Bissorã, Farim, Mansabá, Mansoa, Nhacra); *Quínara* (Buba, Empada, Fulacunda, Tite); *Tombali* (Bedanda, Cacine, Catió, Quebo, Komo).

² Adotamos esta referência, tendo em vista ser o ano em que foi realizado o último censo sobre composição desses grupos étnicos em 2009.

O momento mais trágico dessa luta para os guerrilheiros/as foi o inesperado assassinato do Amílcar Cabral, ocorrido meses antes da proclamação unilateral da independência. Neste contexto, o sistema político passava a ser controlado pelo seu meio irmão, Luís Cabral, que permaneceu neste comando até o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980. Esse ato foi liderado pelo General João Bernardo Vieira Nino, no famoso *Movimento Reajustador* (Carvalho, 2010; 2016).

Depois desta data, a Guiné-Bissau ainda não se apresentava como sociedade política sólida, tendo vivenciado as contradições internas do monopartidarismo e do controle do poder pelo PAIGC, entendido como partido-Estado. Esses e outros fatores dificultavam no início o processo da transição política. Em 1991, durante o processo de abertura política, foi necessário desvincular essa visão de partido-Estado para que houvesse a formação de outras forças políticas, ato este que consubstanciava com a realização da primeira eleição em 1994, momento ímpar da democracia guineense (Koudawo, 2001).

Esta experiência política acontecia, sobretudo, depois de tanta pressão por parte da comunidade internacional sobre os líderes políticos guineense, a fim de que cedessem o sistema ditatorial e aderissem ao multipartidarismo político. Dentro desse quadro da abertura política chegamos à hipótese do artigo de que a elite política não soube lidar com o pluripartidarismo na Guiné-Bissau, pois sequenciava luta de classes e sentimentos, muitas vezes, opostos de unidade nacional entre grupos étnicos.

Assim sendo, o artigo estrutura-se em cinco seções, contando com a introdução e conclusão. Na primeira seção são contextualizadas algumas questões pontuais sobre o desenho político que se estrutura na Guiné-Bissau. Na segunda seção, fala da etnicidade e da politização no campo da representação política. Na terceira, aborda o clientelismo no contexto da Guiné-Bissau. Na quarta seção, debruça sobre solidariedade multiétnica e luta pelo poder na Guiné-Bissau e, por último, apresenta as considerações finais.

3

2 Etnicidade e politização no campo da representação política

A discussão em torno da etnicidade envolve explicações multivariadas. A questão étnica na sociedade política africana ainda continua sendo fenômeno problemático, tendo em vista a sua instrumentalização em diversos contextos do jogo político.

Este campo, que antes era utilizada pelos colonizadores a fim de “dividir para governar”, torna-se atualmente um dos mecanismos mais preocupante no cenário das democracias instáveis, como a da Guiné-Bissau. Em termos históricos, a sociedade política guineense não conseguiu refazer-se ou distanciar-se desse legado, isto é, “com o advento do colonialismo, apenas se conservou a superestrutura política das tribos (isto é, as chefias tradicionais), que passaram a exercer o papel de intermediários no quadro da administração colonial” (Sousa, 2008, p. 167).

Esse problema advém, sobretudo, da estratificação social e política que alguns grupos étnicos guineenses tinham passado no processo colonial, constituído tanto no plano vertical como no horizontal. Se, de um lado, ausenta a figura do Régulo para o sistema da representação horizontal; do outro, aparece o regulado, no qual o exercício de controle e supervisão de poder perpassa pelo mando

e desmando de “Régulo”³. Este rastro se percebe na atualidade política. Não obstante, alguns estudiosos, como Koudawo (2001) e Lopes (2003), chamaram atenção que a politização étnica tem se alastrado na dinâmica da socialização política, medida essa que transitava também no âmbito da função pública.

Dentro dessa perspectiva, Ukoha Ukiwo (2016, p. 1985) entende que “determinados aspectos da ‘liberalização’ são responsáveis pela importância cada vez maior da identidade no continente. A liberalização econômica, por um lado, desencadeia o movimento e a localização de investimentos de capital em locais específicos (países, condados, cidades)”.

O uso da etnicidade na sociedade africana depois da liberalização política assumiu um campo de muitos equívocos, uma vez que a sua interpretação não levava em consideração as diversas identidades na sociedade africana toda como guia da socialização (Ukiwo, 2016). Existem certas perspectivas que buscam explicar as contradições étnicas e sua politização em contextos muitas vezes conflitantes, causando, assim, os impactos na dinâmica política. Neste sentido,

o surto de guerras civis e incidentes de conflito étnico na África estimulou um interesse renovado na importância da identificação étnica. Apesar de geralmente não ser reconhecido de maneira explícita, este interesse derivou em grande parte da suposição de que a etnicidade (apelidada de ‘tribalismo’ no contexto africano) é inerentemente hostil à integração nacional. Esta suposição é comum a teorias de modernização de desenvolvimento político [...]. Ela foi uma derivação teórica do ‘primitivismo’ que retratou a etnicidade como um fenômeno pré-moderno que lutava contra a evolução da cidadania moderna. Desde a década de 1960, explicações materialistas e instrumentalistas de etnicidade expuseram a ausência de historicidade do primitivismo ao mostrar que tanto identidades étnicas quanto nacionais são fenômenos distintivamente modernos. Construcionistas sociais tentaram especificamente historicizar fenômenos étnicos ao chamarem a atenção para como elites estatais e modernas embarcaram na construção ou na invenção de identidades étnicas (Ukiwo, 2016, p. 1987).

4

Descreve-se que a etnicidade e a politização na sociedade política africana (e particularmente no contexto guineense) se torna cada vez mais utilizada para as manipulações de fins políticos. Entretanto, esta realidade política continua a servir do mecanismo da instrumentalização política e das barganhas eleitorais. Nesta perspectiva, as dinâmicas do poder político se encontram em constantes lutas, causando as instabilidades político-governativas (Ukiwo, 2016).

Os conflitos internos na sociedade política guineense conhecerem muitos traços. Após a luta de libertação, a elite política confrontada por uma alternância da centralização do poder faz da identidade étnica ponto-chave da virada do jogo político, a fim de preservar o seu *status quo*. Assim, a elite bloqueava, na sua maioria, um grupo de intelectuais de etnia *balanta* que buscava alcançar o poder, por exemplo, Paulo Correia e Viriato Pan (Rudebeck, 2012).

Ao longo do projeto da formação política guineense, a questão étnica sempre se faz presente nas disputas políticas, o que acaba por agravar negativamente sentimentos de unidade nacional, em detrimento de proveitos políticos. Nesta dinâmica explicativa e, “como categoria analítica, a etnicidade refere-se a um conjunto de traços políticos, econômicos, biológicos e culturais que determinam o

³ Representante máximo das autoridades tradicionais na Guiné-Bissau.

sentido de pertença ou não a um determinado grupo identitário” (Caomique, 2022, p. 52). A discussão sobre etnia, etnicidade e identidade étnica se torna mais complexa e problemática.

Conforme Jean-Loup Amselle e Elikia M'bokolo (2017), na sua obra denominada “No centro da etnia: etnia, tribalismo e Estado na África”, as interpretações e significados sobre as questões étnicas e o discurso tribalista no centro da política africana sobrecarrega as demarcações estratégicas enquanto base para conquista do poder. Neste sentido, ambos acreditam que o tribalismo é uma categoria teórica criada pela antropologia colonial, utilizada pelos colonizadores a fim de tirar proveitos econômicos, políticos e socioculturais, muitas vezes orientados pela violência (Amselle; M'bokolo, 2017). Por outro lado, percebe-se que estas estratégias se serviam da fragmentação e da desestabilização política contra os poderes locais.

A etnicidade pode assumir muitas interpretações e desconstrução “[...] como objeto ideológico exige a detecção, no interior da realidade africana pré-colonial, de um certo número de ‘traços’ que, na falta de melhor, podemos qualificar de ‘culturais’ e cujos mapas é importante desenhar” (Amselle; M'bokolo, 2017, p. 55). Esta situação, ainda que fosse realçada com maior ênfase no campo da cultura, ainda se faz emergir na cultura política da elite guineense, fato esse que nem as elites revolucionárias conseguiam e nem conseguem controlar (Augel, 2007; Lopes, 2003; Rudebeck, 2012).

Para Philippe Poutignat (2011, p. 117), “estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato”. Neste contexto sociopolítico, a etnicidade pode ser entendida como uma construção social, levando em consideração o seu percurso histórico, na qual é utilizada ora como a forma de autoafirmação na sociedade guineense, ora a etnicidade em si tem ressurgido como sendo a política da manipulação, deixando entender que a construção da identidade perpassa pelas relações dos poderes (Gomes, 2014).

Este cenário também ocorre, sobretudo, na mobilização política das comunidades étnicas que envolve, invariavelmente, a competição e o conflito pelo poder político, “benefícios econômicos e estatuto social entre as elites competidoras, as classes e as lideranças de grupos, tanto no interior como entre grupos étnicos diferentes” (Branco, 2006, p. 135).

O que se mantém na sociedade política na Guiné-Bissau depois da adesão ao multipartidarismo são as lutas entre as classes políticas, as quais não se limitam aos discursos desenvolvidos pelos partidos políticos e se verificam no exercício daquilo que “dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes o período eleitoral como o momento privilegiado de suas ações” (Bijagó, 2017, p. 222).

Alfa Oumar Diallo, por sua vez, observa que este fenômeno deve-se à responsabilidade de toda a sociedade política, a fim de evitar a politização. O mesmo autor ainda sustenta que,

[...] uma sociedade justa vai além do sistema legal. Para evitar os abusos do poder do Estado é necessário que haja uma verdadeira separação de poderes e um Estado de Direito. Tais medidas impedem que os funcionários do Estado utilizem o seu poder para beneficiar os grupos étnicos a que pertencem em detrimento de outros grupos. Em grande parte da África é o poder executivo, e não o poder legislativo, que estabelece a maior parte das políticas relativas à terra. Os sistemas eleitorais e as eleições constituem outra área de foco de tensões. As eleições em si mesmas não estabelecem necessariamente as bases de um

sistema estável. Pelo contrário, podem até ser uma fonte de tensão e violência étnicas (Diallo, 2015, p. 128).

Conforme Diallo, (2015, p. 125), “a etnicidade tornou-se uma questão crucial [...] devido à luta política pelo poder que exacerbou os fortes sentimentos étnicos com o fim de mobilizar apoios”.

Danielle Ellery Mourão (2009, p. 95), por seu lado, considera que, “o assunto mais urgente na Guiné-Bissau é gestão dos conflitos [...] no interior da política guineense um processo denominado etnização da política”. Concomitantemente, explica Lopes (2003, p. 48), “se é certo que a realidade étnica, mesmo tratando-se de uma falsa realidade é hoje uma evidência da política atual, numa análise mais cuidada veremos que, na maioria das situações, ela é manipulada por grupos em competição pelo poder no seio das elites dirigentes”.

Nesta circunstância, “[...] os presidentes tendem a ser pressionados pelas diferentes etnias e diversos interesses regionais e podem ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição” (Teixeira, 2015, p. 75).

Em outras palavras, o impacto da etnicidade e da politização étnica no contexto político se acentuou com a democratização, pois,

[...] o advento de multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribais antes repreendidas por Cabral durante a luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como riqueza cultural do país, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para eleger um determinado candidato (Candé Monteiro, 2013, p. 242).

Consequentemente,

a etnicidade não é obrigatoriamente o fato gerador dos conflitos [...], mas sim um argumento utilizado pelos políticos para mobilizar os seus apoiadores em busca de poder, riqueza e recursos. Se, por um lado, o grupo étnico é a forma predominante de formação de identidade social na [...], a maior parte dos grupos étnicos coexiste pacificamente, verificando-se os altos níveis de mistura étnica através de casamentos interétnicos, parcerias econômicas e valores comuns. De fato, se assim não fosse, quase todas as aldeias e províncias africanas seriam um poço de conflitos. A noção de conflito étnico é uma noção cômoda, particularmente para aqueles, que no Ocidente, desempenham um papel que determina a paz nos lares africanos. Porque trata-se de uma noção que permite ocultar as responsabilidades de uns e outros no surgimento dos referidos conflitos (Diallo, 2015, p. 122).

Numa contextualização prática, ainda não se pode falar categoricamente do conflito étnico na sociedade política guineense, apesar de indícios da sua instrumentalização. Pois, nesse sentido, cabe assinalar que a relação entre poder político e democracia na Guiné-Bissau trouxe consigo uma série de desafios “no tocante às formas de conciliar interesses coletivos (nação) e grupais (partidos políticos), [...] através da disputa pelo poder político” (Candé Monteiro, 2013, p. 37). Se, por um lado, o fenômeno étnico serve de instrumentalização política, paradoxalmente “[...], as identidades étnicas não são estanques, pois são (re)construídas ao longo da História, mas também não são um mero instrumento para a conquista do poder, pois representam em si um valor” (Dias, 2012, p. 37).

Sangreman e outros (2006, p. 11) percebem que “os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora,

Portugal quer de lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder”. Pierre Bourdieu (2011, p. 203), por sua vez, entende que “as lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado”.

É possível notar, por outro lado, que neste campo político, mesmo com a democratização, ainda persistem tendências que buscam captar o monopólio estatal, pois as regras processuais da democracia eleitoral foram rapidamente instituídas, mas a sua incorporação por parte do Estado e da sociedade civil continua problemática: “no momento em que o país marcou suas primeiras eleições livres, a transição para a democracia estava fadada ao fracasso” (Teixeira, 2008, p. 16).

A questão da instrumentalização étnica na sociedade política africana tende a ser pauta de discussão, sempre tomando o caso da Ruanda, entre *tutsis* e *hutsus* como exemplo, onde “[...] a competição étnica surge pela incompatibilidade de [...] identidades étnicas no interior do mesmo regime político e estrutura econômica correspondente, e existe uma tentativa por parte de cada comunidade de tomar o monopólio do aparelho estatal” (Dias, 2012, p. 36).

Gostaríamos de enfatizar que, no contexto político guineense, ainda não se registram conflitos étnicos como acontece Ruanda, apesar da sua instrumentalização a fim de proveitos políticos. Nesta situação persiste uma mera disputa identitária entre diferentes alas da formação política guineense. Silva (2014, p. 82), por sua vez, adverte que:

afirmação da identidade e a marcação de diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de exclusão. Como vimos, dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’. A identidade e diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar as fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. ‘Nós’ e ‘eles’ não são, neste caso, simples distinção gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeitos fortemente marcadas por relações de poder.

Para Michael Pollak (1992, p. 5), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Porém, vale lembrar que essas negociações envolvem outras vezes conflitos e interesses, como a sociedade bissau-guineense tem estado a se deparar, e essas realidades se fazem presentes tanto no discurso quanto na vida política.

Cabe ressaltar que a dimensão da política enquanto palco das tensões na Guiné-Bissau ainda carrega as perturbações das mazelas do colonialismo e do neocolonialismo em curso, deixando as armadilhas ao país numa farsa de adesão do processo democrático, e não pensar, sobretudo, as sensibilidades identitárias e das crises que delas se colocam (Augel, 2007; Koudawo, 2001).

É importante frisar aqui, que, “todavia, a facto de aceitar a existência de tribos ou de grupos étnicos como fazendo parte integrante da história, da realidade e da natureza da sociedade guineense, não significa que Cabral aceitasse manifestações de tendência tribal no interior do seu partido” (Sousa,

2008, p. 170). Neste sentido, quando entram em contatos diferentes identidades e sujeitos, torna-se evidente o processo da transformação e reconhecimento que pode ser aceito ou recusado.

Por via dessa justificativa, pode-se sustentar que, numa sociedade multicultural, as definições das identidades passam a tomar e a reconhecer espaços centralizados na política em que supostamente as mesmas relações se disseminam em disputas. Essas contradições advêm da solidariedade de grupos em disputas pelo controle das instituições que culminam certas vezes na institucionalização da prática clientelista como regra da luta pelo poder e da manutenção de privilégios na Guiné-Bissau.

3 Clientelismo e institucionalização vigente no contexto da Guiné-Bissau

O clientelismo, como fenômeno social, emergiu de modo interdisciplinar⁴. Partindo de uma visão mais abrangente, entre 1960 a 1970, este fenômeno era visto como sendo a forma da socialização tradicional, e se vinculava às relações de trocas de favores entre patrões e seus clientes, enquanto forma de relação política (Briquet, 2017; Nunes, 2003).

Por assim dizer, ainda não existe o consenso sobre o que seria de fato este fenômeno, pois isso envolve a capacidade interpretativa de cada pesquisador/a e do viés que será dotado para cada caso e contexto da pesquisa. Conforme apontam Pase, Müller e Morais (2012, p. 188), o clientelismo pode se assumir três tipificações importantes, a saber:

o primeiro modo corresponderia ao clientelismo visto como uma estratégia de obtenção de apoio político, incluindo-se aqui o apoio eleitoral. No segundo, o clientelismo é tido como uma tática para obtenção e manutenção das condições de governabilidade por meio de certo 'equilíbrio' entre os poderes executivo e legislativo. No terceiro modo, as práticas clientelistas se desenvolvem entre movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil que, de alguma maneira, possuem relação com a execução de políticas públicas, e o poder executivo.

Por esta razão, em uma sociedade pluralista como a da Guiné-Bissau, faz sentido pegar todas as vertentes explicativas dessa prática, a fim de compreender essas subjetividades na qual ele se desenrola. Essa preocupação transcende as fronteiras políticas, são fatos históricos que acompanham as sociedades oriundas de jugos coloniais, cultura essa guiada do espírito do mercado, isto é, de oferta e demanda, característica essa que o clientelismo se apropria.

Para Edson Nunes (2003, p. 32), "o clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem de aos partidos políticos, burocracias e cliques. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo".

A crise política bissau-guineense tem oportunizado o terreno fértil para a condução de análise desse fenômeno que busca desmistificar as práticas multifacetadas do clientelismo, ao longo do

⁴ "O termo 'clientelismo' é objeto de debate e tem recebido múltiplas definições nos últimos anos. Alguns investigadores utilizaram-no para descrever certos tipos de relações que ocorrem em sistemas políticos específicos; outros utilizaram-no para explicar as relações de dependência entre o pessoal político e os seus círculos eleitorais em sociedades muito diferentes. Outra posição leva a descartar o termo para sublinhar que a 'troca na política' é uma característica do sistema político. A 'troca na política' é uma característica essencial de todos os sistemas políticos e não está necessariamente associada a relações patrono-cliente do topo para a base (Combes, 2011, p. 13, tradução livre dos autores).

enfoque sócio-histórico institucional num contexto mediado pelo legado colonial. Essa herança institucional nos Estados “frágeis” tende a deixar impactos significativos nas dinâmicas políticas locais, moldados de práticas e lutas para cooptação de recursos estatais. Neste sentido, o clientelismo pode ser visto na Guiné-Bissau como mecanismo estratégico que se consubstancia por meio das trocas de favores entre diferentes agentes políticos.

Segundo Jean-Louis Briquet (2017), o clientelismo e as suas tendências foram projetados dentro da perspectiva histórica, como sendo aparato pelo qual as instituições e estruturas políticas contemporâneas se socializam. Os artefatos de relações sociais na Guiné-Bissau se transformam no poder de “*mathundad*”⁵, pois aquele que sobressai das situações de poder, mesmo que seja pelas vias das ilegalidades, como tem sido nas dinâmicas sociopolíticas acontecidas na última eleição presidencial em 2019 e na última eleição legislativa de 2023.

De fato, os líderes políticos guineenses se sustentam a partir dessa velha lógica de distribuição de favores e de cobranças aos que se beneficiaram, como analisa Richard Graham (1997). Num contexto da fragilidade política, como a da Guiné-Bissau, essa prática se transforma num “[...] obstáculo à modernização política e à politização democrática” (Briquet, 2017, p. 17). O clientelismo persiste na sociedade política como sendo um padrão da cultura institucional que molda o comportamento de atores políticos e de seus entes envolvidos nas distribuições de favores.

Essa relação clientelista funciona no contexto social guineense como sendo “*suco de bas*”⁶, o que pode ser traduzida na literatura da cultura política como “moeda política” que condiciona o processo de troca e da socialização de barganhas. O clientelismo político permanece na sociedade guineense tanto no espaço urbano como no mundo rural, cada um com a sua estratégia e dinâmica própria (Briquet, 2017; Nunes, 2003). Por essa via, mesmo “as instituições formais de Estado ficarem altamente impregnadas por este processo de trocas de favores, a tal ponto que poucos procedimentos burocráticos acontecem sem uma ‘mãozinha’” (Nunes, 2003, p. 33). Portanto, a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário.

Pressupõe-se que o teor do clientelismo estaria ultrapassado com a implementação da democracia liberal e os seus vínculos institucionais formais, mas esta reflexão torna-se ainda desafiadora, sobretudo num contexto das fragilidades institucionais burocráticas, que, de certo modo, não conseguiria controlar todos os atores sociais que estariam disputando o controle do aparelho de Estado. Por outro lado, Maria Teresa Miceli Kerbauy (1992, p. 166) aponta que “o clientelismo passa a ter um caráter grupal e impessoal, visto que é mediado pela alocação de benefícios [aparentemente] públicos, o que implica um mínimo de racionalidade administrativa”.

Se, por um lado, a autora faz uma demonstração positiva sobre a prática do clientelismo e a sua limitação racional; por outro, este fenômeno pode ser compreendido em duas dimensões, a saber: tanto no eixo horizontal como em vertical. Nesta perspectiva, Caciagli (1996), citado por Hernán Ibarra (2002, p. 156, tradução livre dos autores) afirma que “[...] o clientelismo, nas suas formas verticais ou horizontais, constitui uma cultura política. São interessantes as suas considerações sobre o clientelismo horizontal expresso em partidos e organizações”.

⁵ Masculinidade.

⁶ O que pode ser traduzida em português como suborno.

Por outro lado, o autor realça a importância do clientelismo como sendo o fio condutor da política tanto no que concerne à socialização quanto no estabelecimento de relações entre diferentes campos e meios. Ou seja, ele pode subsidiar a compreensão da dicotomia política, isto é, “centro-periferia” e a toda estrutura estatal e nas outras dimensões da cultura e do poder local (Ibarra, 2002).

Por assim dizer, o autor afirma que o clientelismo é nada mais que uma cultura política. Este fato tende a dificultar a sua desmistificação, ou seja, o clientelismo em si não possui uma “estrutura robusta e nem visível”. Esse desafio também se culmina com as fragilidades institucionais e dos valores éticos. No entanto, o que se percebe é que o clientelismo não só atinge as políticas periféricas, mas consegue desdobrar no âmbito das políticas mais fortes econômicas e munidas de valores democráticos. Outrossim, mesmo tendo atingido o centro e a periferia da política, urge a necessidade de compreender que o clientelismo, no caso da sociedade guineense, acompanha-se com mais robustez por razão da instabilidade econômica,

Como mostra Francisco Pereira de Farias (2000, p. 52), “um dos problemas em se considerar a pobreza como o fator explicativo do clientelismo está em que, nesse procedimento, abstrai-se o tipo das relações sociais sob as quais se reproduz a situação de miséria. Uma explicação mais consistente do voto de barganha”. Se, no campo da Ciência Política, um dos esforços é distinguir a democracia e o clientelismo, tido como apropriação de recurso do Estado pelos entes privados. Por sua vez, a barganha eleitoral seria uma das mazelas do processo democrático e da própria democracia.

Custa-nos afirmar que estas duas proposições no contexto político guineense se constituem nada mais que uma cultura política. Por outro lado, o clientelismo enquanto problema social e político tem evocado a fragilidade da cultura política, afinal os valores éticos e sociais sobre a participação política democrática se converteram em um verdadeiro espetáculo de “compra e venda” de consciência, ou seja, do voto.

No entanto, “[...] o clientelismo era causado pela falta de modernização do Estado e da vida política. Com a modernização, a mediação pessoal tenderia a desaparecer. O clientelismo representaria uma forma residual de funcionamento tradicional em democracias não consolidadas” (Combes, 2011, p. 16, tradução livre dos autores). Essa dicotomia entre um passado tradicional e a modernização institucional na Guiné-Bissau ainda não consegue se desfazer, impulsionando cada vez a solidariedade entre vários sujeitos na luta pelo poder.

4 Solidariedade multiétnica e luta pelo poder na Guiné-Bissau

A solidariedade num contexto multiétnico continua sendo mecanismo fundamental para a compreensão das dinâmicas de conflitos e luta pelo poder. “Por um tipo de transbordamento natural, o senso de simpatia e solidariedade facilmente adquire um âmbito comunitário. Nesta escala de extensão inevitavelmente existe determinada diminuição no senso de pertencimento e solidariedade, mas ela é forte o suficiente” (Wiredu, 2016, p. 1823).

A dimensão analítica de uma sociedade multiétnica no contexto guineense tem sedimentado atualmente desafios conflituosos no que tange à compreensão da integração social, étnica e a verdadeira cidadania política pautada na unidade nacional, como aquela que foi almejada pelo principal protagonista da luta de libertação nacional, Amílcar Lopes Cabral. A história política e de luta

pelo poder na sociedade guineense incide sobre a população a ideia de que Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na primeira fase da luta soubesse através do seu líder aproveitar dessa solidariedade étnica, a fim de revolucionar a sua política contra regime colonial.

Existia na altura disponibilidade coletiva, sem necessariamente a exaltação das questões étnicas. Afirma-se que este fenômeno identitário que era força motora da luta de libertação, após esse período passou a tomar outra direção, na qual as estruturas do partido não souberam conter. Essa disputa interna se faz sentir justamente com a “[...] polarização da elite no seio do PAIGC, dividida entre os guineenses e os descendentes de cabo-verdianos, nos primeiros seis anos, responsável pelas constantes contradições internas no partido que o conduziu ao fracasso ideológico de um Estado binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde” (Carvalho, 2016, p. 49).

Importa afirmar que esta disputa termina numa confrontação entre duas figuras principais do PAIGC, Nino Vieira, de um lado, que reivindicava desarticulação ideológica do binacionalismo entre guineenses e cabo-verdianos, e Luís Cabral, por outro, que defendia a continuidade do projeto de Amílcar Lopes Cabral de unificar estes países. Com essa ferramenta, criou-se a política da projeção institucional de uma identidade separatista dentro do próprio partido, a fim de se livrar dos cabo-verdianos que estavam usufruindo do suor da libertação e dos privilégios concedidos na sua estrutura hierárquica (Augel, 2007; Carvalho, 2016).

A partir desse momento, torna-se insustentável a solidariedade étnica que tanto se aclamava e a divisão étnica se transformou também em narrativa luso-urbana. Se, por um lado, “[...] o PAI (GC) seria o único partido que visava à congregação de todos os bissau-guineenses sem a distinção étnica, e ainda estendia à unidade com Cabo Verde como forma de unir os dois países na obtenção da independência” (Candé Monteiro, 2013, p. 64).

Por outro lado, não conseguia combater no seu interior o dinamismo étnico e da sua manipulação em prol da formação ideológica enquanto partido que se pactuava na criação de uma identidade nacional como condição mínima para enfrentar possíveis tensões do regionalismo, tribalismo, clientelismo entre alas que se apoiavam.

É possível compreender que estes elementos da identidade também foram cunhados no golpe militar de 1980 entre altos dirigentes que compunham o PAIGC na altura, fato este que se justificava naquilo que alguns autores chamavam de poder de *“matchundad”*, termo guineense utilizado para referenciar a coragem e a bravura de cometer qualquer ato em detrimento da manutenção da lealdade ao grupo e a exaltação da honra pessoal e política (Moreira, 2017).

Para Patrick Charaudeua (2011, p. 64), “o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação”. Tratando-se do envolvimento desses atores políticos com a sua identidade enquanto mecanismo estratégico para o jogo político, torna-se ainda mais desafiador no interior de um partido que, na primeira instância, o seu líder (Amílcar Cabral), negava o seu impacto na condução de luta de libertação nacional.

Mas, infelizmente, após essa luta vieram à tona todos os escombros da etnicidade que antes tinham sido enterrados. Entende-se que a aplicação de pena de morte na Guiné-Bissau, e sua ausência em Cabo Verde, também ressuscitava a questão da identidade de pertença, “[...] estrutura criada pelo poder foi responsável por vários outros conflitos, sendo que dois deles marcaram a história do partido

na década de 80: casos de 13 de março de 1984 e 17 de outubro de 1985. Entretanto, a configuração de disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento” (Semedo, 2009, p. 65).

Em outras palavras, esta situação se transforma num cenário crítico tanto para a política interna do partido como também para a socialização do poder, que era mais concentrada por parte de pequeno grupo identitário contra a maioria. Nesta perspectiva, Semedo (2009, p. 64-65) aponta que

[...] a situação do conflito instalado no PAIGC, no período pós 14 de Novembro tem duas grandes explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Biafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansumane Mané ante Balantas sob liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda, foi a consequência do referido antagonismo étnico e que atribui poderes as armações polícia política (civil e militar) que resultarem na prisão e no fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta.

A situação referida na citação seria a primeira e grande crise da etnicidade de forma mais institucional sofrida por grupo étnico balanta depois da independência política da Guiné-Bissau e que culminaria com a detenção e assassinatos de altas figuras do PAIGC (Paulo Correia), na altura vice-presidente do Conselho de Estado e Ministro da Justiça e do poder local, e Viriato Pan, ex-Procurador-Geral da República (Koudawo, 2001; Cardoso, 1995). Paralelamente, observa-se ainda na Guiné-Bissau alguns resquícios que nos levam acreditar que,

[...] a construção das masculinidades é um processo complexo, que envolve um meio ambiente de heterogeneidade étnica, religiosa, de práticas culturais e simbólicas diversas, e um ambiente sociopolítico instável e tendencialmente violento, marcado por tensões e conflitos político-militares (Moreira, 2017, p. 115).

Entende-se que este cenário se torna ainda mais sensível num Estado coberto da pluralidade étnica e multicultural, como o da Guiné-Bissau. Ou seja, mesmo com “o processo de transição política envolvendo questões étnicas, forças armadas e consolidação da democracia permanecerão vulneráveis, a menos que algum processo seja feito atualmente na direção de encontrar solução para esse legado” (Carvalho, 2010, p. 51). Ainda, podemos observar que as “questões dessa natureza tornam o processo político mais suscetível a disputas e ao conflito, acirrando as diferenças culturais (étnicas) no seio da sociedade civil organizada” (Carvalho, 2010, p. 50).

Mesmo a sociedade civil tomando a consciência sobre esta prática da instrumentalização étnica para fins políticos, em certas medidas por conta da instabilidade econômica, os líderes políticos buscam através do clientelismo um mecanismo para se aproximar dos seus ganhos pessoais. Ainda que seja necessário, a compreensão desse problema não se resume simplesmente ao interior do partido, ele se transfere para outras esferas sociais, visto como modelo estratégico de barganhas aceito por todos.

Do ponto de vista analítico, essa realidade tem sido compreendida como sendo as tradições e as redes de compartilhamento de poder, outrora direcionando atenção na formação de aliados desde grupos da pertença. A solidariedade étnica numa sociedade multiétnica como meio da identidade de líderes partidários não seria problema, mas a sua politização e instrumentalização, ainda que seja negável, a sua assimetria com proveitos políticos continua a reinar na arena política guineense.

Por outro lado, a fragilidade democrática e a profunda polarização política em que o país se encontra, e a sua originalidade nas primeiras eleições de 1994, alastrando até data presente fato esse que se associa à crise democrática e “[...] uma abstenção eleitoral, que atingiu um nível tão elevado [...], que pôs em causa o próprio funcionamento da democracia representativa” (Combes, 2011, p. 21, tradução livre dos autores).

Essa problemática se estende na gramática política guineense cada vez mais metamorfoseando nas práticas clientelistas de fins econômicos, dentro de crise da identidade, etnicidade cujo foco se centraliza em “dividir para reinar” e na exacerbação das rivalidades de interesses cada vez mais distante da realidade política. Sob esta ótica, as tensões étnicas e políticas numa democracia débil, como a da Guiné-Bissau, podem provocar as instabilidades governativas como têm ocorrido no quadro cronológico da política nacional.

5 Considerações finais

Concluímos que a análise da solidariedade multiétnica, etnicidade, politização e clientelismo na sociedade guineense demonstra cenário desafiador, no qual as relações sociais e políticas são tecidas dentro do processo que moldam os interesses de poder.

Muito embora as divisões étnicas, ao longo dos tempos, venham sendo delineada como fatores de instabilidade, urge realçar que, no contexto da política nacional, elas servem de potenciais chaves da mobilização das máquinas partidárias, a fim de tecer alianças políticas e redes de solidariedade. Por outro lado, observamos que a politização étnica, quando se articula com o clientelismo, transforma-se no potencial utensílio político para mobilizar comunidades de apoio com intuito de controlar o poder.

Entretanto, compreendemos que tanto a instrumentalização étnica como o clientelismo muitas vezes consolidam as desigualdades sociopolíticas e econômicas num país que vem sendo demarcado pela corrupção e banalização dos recursos de Estado, o que acaba por prejudicar as políticas públicas mais robustas e que se pautam pela coletividade.

Durante o trabalho, observamos que a fragilidade institucional posta à sociedade guineense não se limita simplesmente à questão étnica, mas transcende toda a estrutura. E a ausência de uma cultura política mais democrática acaba que condicionar os agentes administrativos a operar exclusivamente com a política de ventre.

A luta dos partidos políticos e dos políticos especificamente na Guiné-Bissau busca, a todo custo, legitimar as práticas personalistas e guiadas pela lógica clientelista. A transição política autoritária guineense para a democracia não possibilitava caminhos viáveis que poderia minimizar os discursos de cunho étnicos e, muitas vezes, eles servem de barganhas eleitorais. Esse fenômeno se fortifica ainda mais com o liberalismo político os votos se transformam no produto da disputa política.

Neste sentido, entendemos que clientelismo, etnicidade e politização transformam a arena política guineense no que poderíamos chamar de política redistributiva, ou seja, as trocas de favores e contraposição de ganhos que se fazem frequentemente na dinâmica estrutural do país, desde zona urbana a rural. Portanto, essa conjuntura política possibilita a socialização dessa prática na sociedade guineense, tanto de forma horizontal como vertical, de cima para baixo, ou vice-versa.

À vista disso, observamos que este fenômeno, ainda que exista a tentativa do seu controle do ponto de vista burocrática, mesmo assim o que se constata na prática, é que eles se transformam mais que a regra da legitimação do poder. Advogamos que a gestão e o controle dessas práticas na realidade política guineense devem passar por um processo mais compromissório, que busca sanar com políticas clientelistas e a politização étnica, a fim de proveitos pessoas ou projetos de partidos e seus líderes. Afirmamos que a busca de soluções dessa triste realidade, exige certos esforços que transcendem as fronteiras entre as tendências que sempre almejam capturar os recursos públicos em detrimento de necessidades particulares.

Por outro lado, apontamos que, ainda que seja negável os impactos de fenômeno étnicos na política e da politização de Estado em benefícios de cúpulas partidárias, o que se percebe é que a sociedade guineense está longe de se livrar dessas práticas, afinal elas estão construídas e consolidadas na cultura política administrativa de “*suco de bas*”, similar ao jeitinho brasileiro e ao clientelismo de modo geral.

Podemos entender que, na Guiné-Bissau, as relações sociais e políticas são fortemente marcadas de favores e das dinâmicas parentais, tipicamente do sistema comunal, o que tem dificultado a rigorosidade tanto na implementação como no cumprimento das ordens burocráticas. Portanto, acreditamos que a canalização de recursos de Estado para fins privados constitui-se uma cultura de herança, transcendendo gerações desde as velhas à camada juvenil.

Por assim dizer, compreendermos que a pluralidade étnica e a solidariedade política do clientelismo tendem a devastar o princípio de igualitarismo, enaltecendo ainda mais oportunismo político em que todos/as se espelham na política como espaço de branqueamento de capital e do enriquecimento, mesmo que isso se consubstancia em práticas separatistas e egocêntricas, exemplo, de politização da justiça que vive na Guiné-Bissau.

O combate do clientelismo, tribalismo e etnicidade na política guineense nos convida a pensar em novas práticas institucionais e a desenvolver uma cultura política cívica que busca na sua agenda o bem-estar coletivo entre todos/as enquanto direito. Esta pesquisa não explora todas as dimensões desse fenômeno a sua mutação e esferas o que pode resultar em futuras investigações neste campo na Guiné-Bissau.

Referências

AMSELLE, Jean-Loup; MBOKOLO Elikia (org.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis: Vozes, 2017.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombra*. nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 23, p. 217-244, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRANCO, Carlos. Etnicidade e violência étnica: as diferentes abordagens teóricas e a sua utilidade na gestão de conflitos. *Relações Internacionais*, v. 11, p. 129-150, 2006.

BRIQUET, Jean-Louis. Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas: clientelismo e politização na Córsega (séculos XIX e XX). *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 14 n. 27, p. 17-32, jan.-jun. 2017.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. *Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, n. 2, p. 259-282, 1995.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. *Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. *Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COMBES, Hélène. ¿Dónde estamos com el estudio del clientelismo? *Desacatos*, n. 36, p. 13-32, mayo-ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org.mx/pdf/desacatos/n36/n36a2.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIALLO, Alfa Oumar. [Retratado] Os conflitos “étnicos” na África. *Fronteiras*, v. 17, n. 29 p. 120-139, 2015. Disponível em: < <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/4599/6092> >. Acesso em: 12 set. 2024.

DIAS, António Luís Loureiro de Vasconcelos. *A competição eleitoral nas democracias emergentes da África Subsariana*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 49-65, nov. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Vt3rtCnPQQPbVBRLP3BTPCs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GOMES, Antonieta Rosa. *A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Africanos) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- IBARRA, Hernán. Reseña de “Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada”, de Mario Caciagli. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, n. 15, p. 156-158, dic. 2002. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/IconosRevistadecienciasociales/2002/no15/16.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2025.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis*: política interiorana e poder local. 1992. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.
- LOPES, Carlos. Construção de identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde. *Africana Studia*, n. 6, p. 45-64, 2003.
- MANÉ, Fodé Abulai. *A mediação na resolução de conflitos: o caso de Bambadinca*. 2014. Tese (Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- MOREIRA, Joacine Katar. *A cultura di matchundadi na Guiné-Bissau*: género, violências e instabilidade política. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Africanos). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.
- MOURÃO, Daniele, Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. *Pro-Posições* [online]. 2009, v. 20, n. 1, p. 83-101. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/PpLHSzQHkJ8Lgmg58McLBRB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Rio de Janeiro: Eduff, 2004.
- NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil*: clientelismo e insulamento burocrático. 3.ed. Rio de Janeiro; Brasília: Jorge Zahar; ENAP, 2003.
- PASE, Hemerson Luiz; MÜLLER, Matheus; MORAIS, Jennifer Azambuja de. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. *Pensamento Plural*, n. 10, p. 181-199, 2012. Disponível em: <<http://www.pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/10/08.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2024.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- RUDEBECK, Lars. Uma interpretação das teorias de Cabral sobre a democracia. In: LOPES, Carlos (org.). *Desafios contemporâneos da África*: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Unesp, 2012, p. 133-145.
- SANGREMAN, Carlos; SOUSA JÚNIOR, Fernando; ZEVERINO, Guilherme; BARROS, Miguel. *A evolução política recente na Guiné-Bissau*: as eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento; a

sociedade civil. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento; Instituto Superior de Economia e Gestão-Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

SCANTAMBURLO, Luigi. O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilíngue português-crioulo guineense. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Nova, Lisboa, 2013.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. *As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau*. da tradição oral à literatura. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. PAIGC: *a fase do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, Domingas da. *O tabu e o visível: tribalismo e política na eleição de 2019-2020 em Guiné-Bissau*. 2022. Dissertação (Mestrado Associado de Antropologia) – Universidade Federal do Ceará; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Fortaleza, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SOUSA, Julião Soares. O fenômeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.). *Comunidades imaginadas – nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p. 161-172. Disponível em: <https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/32161/1/12_juliao_soares_sousa.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *A sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado*. Recife: Ed. do Autor, 2015.

UKIWO, Ukoha. Etnicidade e cidadania na África: algumas reflexões. In: LAUER, Helen; ANYDOHO, Kofi (org.). *O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, p. 1985-2003.

WIREDU, Kwasi. Estado, sociedade civil e democracia na África. In: LAUER, Helen; ANYDOHO, Kofi (org.). *O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, p. 1821-1844.

Artigo recebido em: Dezembro de 2024.

Aprovado em: Janeiro de 2025.

Jeraldino António Sambé (geraldinosambe@gmail.com) é Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Estudos Interdisciplinar em Humanidades (2023) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab/Brasil). Licenciado em Sociologia (2023) e Bacharel em Humanidades pela a mesma instituição (2016).

Ricardo Ossagô de Carvalho (cienciapoliticaohohe@unilab.edu.br) é de nacionalidade guineense, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutor em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente professor adjunto III na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nos Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Licenciatura em Sociologia e professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH).

Tabu da democracia! Solidariedade multiétnica e luta pelo poder na Guiné-Bissau

Resumo: Este artigo objetiva analisar como a solidariedade multiétnica e política é articulada no contexto da arena do poder na Guiné-Bissau, buscando compreender as dinâmicas e tensões em volta da identidade coletiva face às ameaças da etnicidade, clientelismo, politização, e luta pela manutenção dos recursos políticos, e sua legitimação como regra do jogo. Em relação à metodologia, foi utilizada a revisão da literatura e abordagem qualitativa desse fenômeno, a partir de estudos nacionais e internacionais. O desenrolar desse mecanismo político numa democracia fragilizada como a bissau-guineense tem impactado a configuração democrática, abrindo, assim, as portas para instabilidade governativa e política de alianças clientelistas, transformando-se nas ferramentas que subsidiam toda a dinâmica política contemporânea guineense. Nesta conjuntura, a Guiné-Bissau é um país com uma rica diversidade étnica formada pelas complexidades socioculturais e históricas, cujas articulações da etnicidade no campo político e das relações de poder tem movido a política nos últimos anos. Como demonstram algumas literaturas, estes procedimentos da etnicidade, politização e clientelismo comprometem a arena democrática guineense.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Etnicidade; Politização; Solidariedade; Luta de Poder.

Democracy taboo! Multi-ethnic solidarity and the struggle for power in Guinea-Bissau

Abstract: The aim of this article is to analyse how multiethnic solidarity and its political articulation are articulated within the context of the arena of power in Guinea-Bissau, seeking to understand the dynamics and tensions surrounding collective identity, the threats posed by ethnicity, clientelism, politicisation, and the struggle to maintain political resources and their legitimisation as the rule of the game. The methodology used was a literature review and a qualitative approach to this phenomenon based on national and international studies. The unfolding of this political mechanism in a weakened

society such as Guinea-Bissau has had an impact on the democratic configuration, opening the door to government instability and the politics of clientelist alliances and becoming the inevitable tools that subsidise all of Guinea-Bissau's contemporary political dynamics. In this context, Guinea-Bissau as a country with a rich ethnic diversity formed by socio-cultural and historical complexities, paradoxically the articulations of ethnicity in the political field and power relations have moved politics in recent years, as some literature shows, these procedures of ethnicity, politicisation and clientelism compromise Guinea-Bissau's democratic arena.

Keywords: Guinea-Bissau; Ethnicity; Politicisation; Solidarity; Power Struggle.